



Tribunal de Contas do Estado do Pará

Relatório de Análise

Das Contas do Governador do Estado do Pará

Versão Simplificada

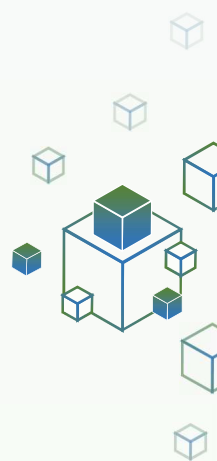
Exercício

2024



Conselheiro Odilon Inácio Teixeira
Relator

*Exercer o controle externo da gestão
dos recursos públicos estaduais
em benefício da sociedade.*





PROCESSO Nº TC/008927/2025

RELATÓRIO DE ANÁLISE
DAS CONTAS DO GOVERNADOR
DO ESTADO DO PARÁ
EXERCÍCIO 2024

Conselheiro Odilon Inácio Teixeira
RELATOR

BELÉM · PARÁ · MAIO / 2025

Endereço

Unidade Sede Belém

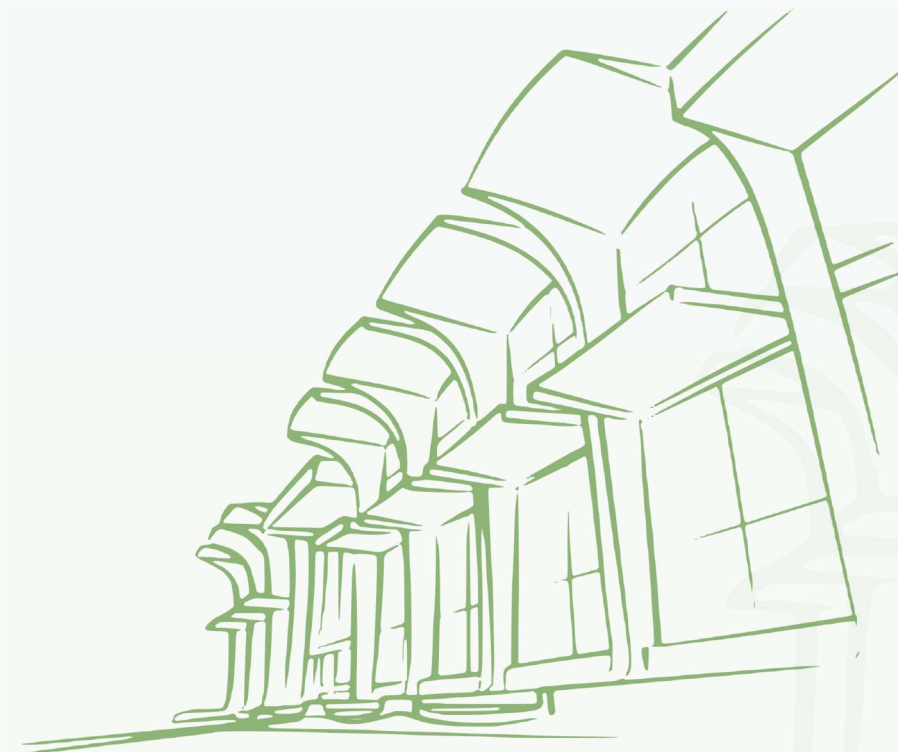
Tv. Quintino Bocaiúva, 1585
Bairro: Nazaré
CEP: 66.035-903
(91) 3210-0555
www.tcepa.tc.br
ouvidoria@tcepa.tc.br

Unidade Regional Santarém

Tv. Luiz Barbosa, 962
Bairro: Caranazal
CEP: 68.041-115
(93) 3522-1718

Unidade Regional Marabá

Av. VP-8, Folha 32, Quadra
17 - Lote 11
Bairro: Nova Marabá
CEP: 68.508-160
(94) 3323-0799



Pleno

Conselheiros

Presidente

Fernando de Castro Ribeiro

Vice-Presidente

Luís da Cunha Teixeira

Corregedor

Odilon Inácio Teixeira

Coordenadora da Comissão para o
Aperfeiçoamento de Mecanismos para o
Desenvolvimento do Controle Externo

Maria de Lourdes Lima de Oliveira

Coordenador da Comissão de
Sistematização e Consolidação de
Jurisprudência

Cipriano Sabino de Oliveira Junior

Ouvidora

Rosa Egídia Crispino Calheiros Lopes

Coordenadora de Sustentabilidade e
Meio Ambiente

Daniela Lima Barbalho

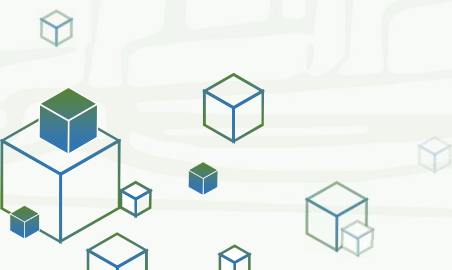
Conselheiros Substitutos

Julival Silva Rocha

Milene Dias da Cunha

Daniel Mello

Edvaldo Fernandes de Souza



Grupo de Análise da Prestação de Contas do Governador

Comissão Técnica

Coordenadora

Sônia Abreu da Silva Elias

Membros

Carlos Edilson Melo Resque

Fernanda Pinheiro Pantoja

Equipe de Apoio Técnico

Alberto Vieira de Souza Júnior

Alexandre Salgado Lessa dos Santos

Carolina Pimenta de Macedo

Danilo Almeida Cardoso

Jonas Gomes de Sousa

Larissa Maia Pinheiro Eluan

Lídia Neres Lindoso

Luís Felipe Tavares Costa

Maria Carolina Ferreira Rameiro

Paulo Sérgio Batista Ramos

Raquel Serruya Elmescany

Rodrigo Almeida Soares

Rogério de Assis Teixeira

Ruth Helena Delgado Bastos

Suany Campos Freitas Macedo

Uibirá Sena Silva

Vera Maria de Guapindaia Braga

Colaboradores

Secretaria

Cristina Maria Frazão de Souza

Projeto Gráfico e Editoração

Márcio Roberto Pantoja Moraes



Composição Administrativa

Gabinete da Presidência

José Tuffi Salim Junior

Assessoria de Cerimonial
e Relações Institucionais

Dione Célia Guimarães

Assessoria de Comunicação
e Relações Públicas

Alcimara Barcellos da Conceição

Diretor Regional de
Representação – Marabá

Rafael Laredo Mendonça

Diretor Regional de
Representação – Santarém

Antonio Carlos Sales Ferreira Junior

Consultoria Jurídica

Enorê Correa Monteiro

Auditoria Interna

Vanessa Rocha Ferreira Rodrigues

Secretaria Geral da Presidência

Alice Cristina da Costa Loureiro

Secretaria de Tecnologia
da Informação

Lêda Mara Souza de Oliveira Monteiro

Secretaria de Gestão
de Pessoas

Anna Maria Malcher Gillet

Secretaria de Planejamento
e Gestão Estratégica

Izabelle Santos Guimarães Frazão de Sousa

Secretaria de
Administração

Maria de Lourdes Carneiro Lobato

Secretaria da Escola de
Contas Alberto Veloso

Maria do Carmo da S. G. de Oliveira e Sousa

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

Jorge Batista Junior

Secretaria Geral de Controle Externo

Fernanda Pinheiro Pantoja

Sumário



1 - INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS.....12

O que mostram os indicadores sobre a economia e as condições de vida da população do Pará ?

2 - PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....16

O que o Governo planejou, arrecadou e gastou ?

3 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....20

Como estava a contabilidade do Estado ?

4 - GESTÃO FISCAL E LIMITES CONSTITUCIONAIS.....22

O dinheiro foi usado conforme manda a lei ?

5 - RESULTADOS DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL EM TEMAS ESPECÍFICOS.....25

O que o Governo fez em áreas específicas ?

6 - SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.....28

Como atuou a Controladoria-Geral do Estado ?

7 - MONITORAMENTOS DAS RECOMENDAÇÕES REFERENTES ÀS CONTAS DE 2023.....29

As recomendações feitas foram atendidas ?

8 - RECOMENDAÇÕES.....30

Quais recomendações resultaram da análise ?



Introdução



O Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA) é o órgão responsável por analisar, todos os anos, as contas do Governador do Estado. Essa análise é feita com base na Constituição Federal, Estadual e em outras normas, e tem o objetivo de oferecer um parecer técnico que servirá de apoio à **Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa)**, que é quem decide, ao final, se aprova ou não essas contas.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que orienta como os recursos públicos devem ser usados com responsabilidade e transparência, determina que essas contas **sejam divulgadas amplamente**, inclusive em uma **versão simplificada**.

Diante disso, o TCE-PA preparou este relatório, mantendo os principais dados e análises técnicas do relatório completo sobre as Contas do Governador do Estado do Pará, **referentes ao ano de 2024**, sob a gestão do Excelentíssimo Senhor Governador Helder Zahluth Barbalho.

O objetivo é ajudar você a entender, de forma clara e acessível, como o Governo obteve e utilizou o dinheiro público em 2024. Em alguns casos, o relatório também traz dados de anos anteriores, pois nem todas as informações de 2024 estavam disponíveis no momento da análise.

Por fim, é importante destacar que este relatório trata das **Contas de Governo**, ou seja, dizem respeito aos resultados das ações do Governador à frente da administração estadual. Isso é diferente das **Contas de Gestão**, relacionadas à atuação de gestores específicos, como secretários ou dirigentes de órgãos públicos, e que são julgadas diretamente pelo TCE-PA.



Veja as principais diferenças entre
Contas de Governo e **Contas de Gestão**.

Contas de Governo

- Apresentam o panorama da administração estadual;
- Avaliam o cumprimento de políticas públicas, metas do Plano Plurianual (PPA), limites constitucionais e legais (saúde, educação, pessoal, endividamento); e
- O TCE-PA apenas emite parecer prévio, que serve de base para o julgamento político pela Assembleia Legislativa.

Contas de Gestão

- Focam na responsabilidade individual de cada gestor público (secretários, ordenadores de despesa etc.);
- Avaliam a legalidade, legitimidade e eficiência dos atos de gestão de recursos públicos; e
- O TCE-PA julga diretamente essas contas, podendo aplicar sanções e imputar débitos em caso de irregularidades.

Conheça as
Contas
anteriores do
Governador



1 INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

O que mostram os indicadores sobre a economia e as condições de vida da população do Pará ?

Os dados e indicadores mostram as condições econômicas e sociais do Estado, os níveis de desenvolvimento e os desafios enfrentados.

Para entender a economia de um lugar, usamos indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB). E para verificar a média de riqueza por pessoa, que chamamos de PIB per capita, dividimos o valor do PIB igualmente entre todos os moradores.

Apesar da queda de 14,6% na indústria paraense, o PIB do Pará de 2022 (dato mais recente) continuou sendo o maior da Região Norte, sendo Carajás a Região de Integração do Pará com o maior PIB.



O PIB é a soma de tudo que é produzido na agropecuária, indústria, serviços e setor público de um país, estado ou município.

				Regiões de Integração do Pará	
	Brasil	Região Norte	Pará	CARAJÁS (maior)	MARAJÓ (menor)
PIB*	R\$ 10,1 tri	R\$ 574,6 bi	R\$ 236,1 bi	R\$ 104,5 bi	R\$ 5,5 bi
PIB* per capita	R\$ 49,6 mil	R\$ 33,1 mil	R\$ 29,0 mil	R\$ 147,7 mil	R\$ 9,5 mil

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *O PIB do Pará, da Região Norte e do Brasil em 2022 (dato mais recente)

Composição do PIB Paraense



Agropecuária

11,4%



Indústria

31,8%



Serviços

34,3%



Administração Pública

22,6%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *O PIB do Pará, da Região Norte e do Brasil em 2022 (dato mais recente)

A inflação é um indicador que mostra o quanto os preços de produtos e serviços aumentaram ao longo do tempo.



Quando a inflação está alta, o dinheiro das famílias perde valor e elas passam a comprar menos. Esse aumento é mostrado por indicadores como o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O IPCA da Região Metropolitana de Belém (RMB) em 2024 ficou abaixo do IPCA registrado para o Brasil.



IPCA Brasil
4,83% ▲



IPCA RMB
4,70% ▼

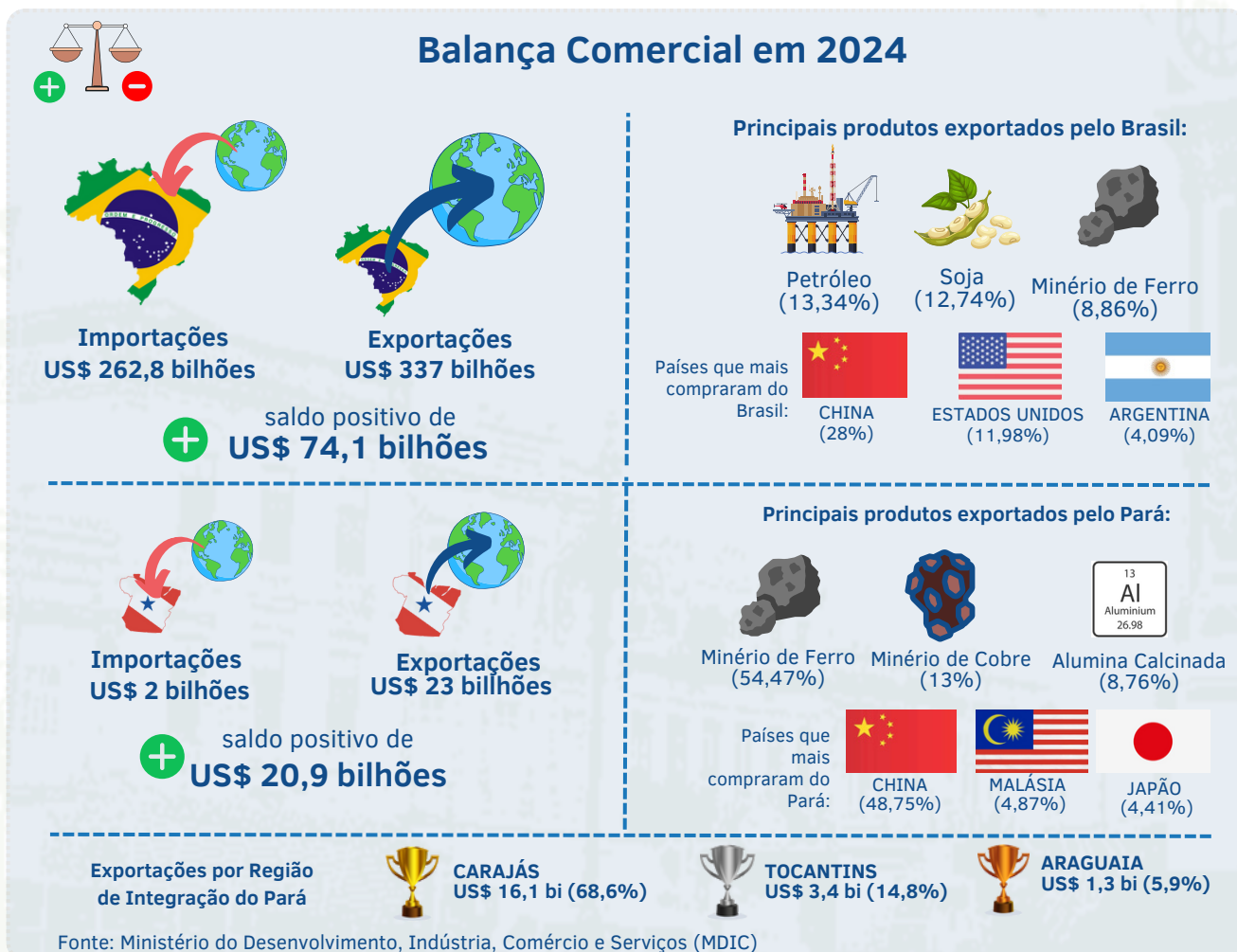
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

1 INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

O que mostram os indicadores sobre a economia e as condições de vida da população do Pará?

A balança comercial é o indicador que mostra a diferença entre o que um país vende para o exterior (exportações) e o que compra de outros países (importações).

- Exportações > importações: balança comercial com saldo positivo 
- Exportações < importações: balança comercial com saldo negativo 



Para entender as condições de vida da população como saúde, educação, renda e moradia, usamos os indicadores sociais. Esses dados ajudam o Governo a planejar e direcionar melhor suas políticas públicas.

Veja a situação do Brasil e do Pará em 2024 com relação ao mercado de trabalho.



Maiores saldos em emprego por atividade econômica no Pará



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

1 INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

O que mostram os indicadores sobre a economia e as condições de vida da população do Pará?

Veja a situação do Pará com relação a emprego e renda.

				
	Ano	Brasil	Região Norte	Pará
Nível de ocupação	2024	58,7%	-*	57,1%
Taxa de desocupação	2024	6,2%	-*	7,2%
População ocupada por sexo	2024	43% 57%	39,6% 60,5%	39,4% 60,6%
Renda média	2023	R\$3.034	R\$2.400	R\$2.266
Proporção de famílias em situação de pobreza	2023	26,1%	43,3%	46,2%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

*Dados não disponíveis.

Veja a situação do Pará, em 2023, em três diferentes áreas:



Educação

Taxa de alfabetização de adultos

	94,3%
	92,6%
RMB	97,5%

Taxa de aprovação, reprovação e abandono no Ensino Fundamental - Pará

	91,3%
	7%
	1,7%

Incremento de estudante do Ensino Superior

	2,3%
	-0,1%
	7,4%



Habitação

Domicílios improvisados / paredes com materiais não duráveis

	0,21% / 1,32%
RMB	0,77% / 1,45%
Fora da RMB	0,00% / 1,26%

Densidade excessiva de moradores por dormitório

	4,68%
RMB	5,05%
Fora da RMB	4,54%

Domicílios sem banheiro / sem iluminação elétrica

	10,96% / 0,95%
RMB	0,20% / 0,13%
Fora da RMB	15,19% / 1,28%



Segurança

Taxa de roubo

 540,72/ 100 mil hab.

Taxa de homicídio

 24,71/ 100 mil hab.

Taxa de homicídio no trânsito

 13,24/ 100 mil hab.

Taxa de reincidência de egressos assistidos

 29,8%

Taxa de reintegração social de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa

 46,44%

1 INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

O que mostram os indicadores sobre a economia e as condições de vida da população do Pará ?

Veja um pouco mais da situação do Pará, em 2023, em outras duas diferentes áreas:

 Saneamento Básico	Domicílios com água em rede geral		Esgotamento sanitário		Coleta de lixo direta	
		50,74%		23,54%		79,82%
	RMB	62,24%	RMB	57,86%	RMB	97,82%
	Fora da RMB	46,19%	Fora da RMB	9,97%	Fora da RMB	72,70%

Fonte: Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa)

 Saúde	Taxa de cobertura populacional da atenção primária à saúde		Leitos de internação hospitalares		Taxa de mortalidade infantil e materna por nascidos vivos		Expectativa de vida ao nascer	
		75,85%		1,53/mil hab.		14,98/ mil		76,4 anos
						63,70 / 100 mil		73,6 anos

Fonte: Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa)

Conjuntura Econômica e Contexto Social do Pará

O Pará é rico em recursos e exporta para o mundo, mas muitos paraenses ainda vivem sem água tratada, esgoto ou moradia adequada. A educação melhorou, mas muitos jovens não concluem os estudos nem conseguem emprego.

A renda média é baixa e grande parte da população vive em vulnerabilidade. O crescimento econômico não tem beneficiado a todos.

Para mudar isso, é preciso investir em educação, saúde, saneamento, moradia e geração de empregos. Só com políticas públicas integradas e foco nas necessidades básicas será possível proporcionar uma vida melhor para todos e um desenvolvimento mais justo no Estado.



2 PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O que o Governo planejou, arrecadou e gastou ?

O planejamento define os grandes objetivos e programas do Governo. Depois de planejar, o Governo arrecada e utiliza o dinheiro para executar o que programou.

O planejamento é constituído de três leis principais:

- O Plano Plurianual (PPA);
- A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- A Lei Orçamentária Anual (LOA).



O PPA é o planejamento que define as diretrizes, os programas, as metas e os objetivos para o período de quatro anos.

Com o PPA, o Governo organiza o que pretende fazer em várias áreas como saúde, educação, transporte; indicando os resultados que pretende alcançar.

A LDO estabelece as metas e prioridades e orienta a elaboração do orçamento anual.



A LOA é feita todo ano para demonstrar quanto se espera arrecadar com impostos, taxas, repasses; e como esse dinheiro vai ser gasto em salários, programas sociais, escolas, hospitais. Ela transforma o planejamento em números e ações concretas, definindo o quanto pode gastar e com o quê.

Plano Plurianual (PPA)



O PPA 2024/2027 foi organizado em 25 programas, dos quais 15 são vinculados ao Poder Executivo: 14 temáticos, voltados para áreas de saúde, educação, segurança e outros; e 1 voltado para a manutenção do próprio Governo.

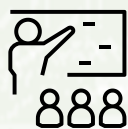
Dentre os 14 programas temáticos, os maiores investimentos programados foram em:



Educação Básica e Profissional
37,08%



Saúde
18,55%



Educação

R\$ 6,86 bilhões



Saúde

R\$ 3,79 bilhões



Desenvolvimento Urbano

R\$ 1,9 bilhão



Governança Pública

R\$ 1,56 bilhão



Segurança

R\$ 1,55 bilhão



Infraestrutura e Logística

R\$ 1,53 bilhão

Esses 6 programas representam 90,88% do total da execução financeira dos 14 programas temáticos.

Fonte: SigPlan, 2024.

2 PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O que o Governo planejou, arrecadou e gastou ?



Das 356 ações dos programas temáticos do Poder Executivo, 56,46% apresentaram execução física acima de 80% da meta estabelecida; 11,80% merecem atenção; 18,82% apresentaram execução abaixo do esperado e 12,92% das ações não apresentaram execução física.



Foram identificadas inconsistências nos sistemas estaduais de planejamento e de execução financeira, quanto à dotação atualizada e à despesa realizada em programas temáticos do Poder Executivo, que indicam a necessidade de revisão sistemática para garantir a confiabilidade das informações.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A LDO estabeleceu as metas e prioridades da administração pública estadual para o exercício de 2024 conjuntamente com o Plano Plurianual 2024-2027.

Observou as normas contidas na Constituição Estadual, especialmente no art. 204, § 3º, e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

No Anexo de Riscos Fiscais foram apresentados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.



A LRF é uma norma que obriga Governos a cuidarem bem do dinheiro público, não gastar mais do que arrecadam e prestar contas, garantindo transparência e responsabilidade.

As revisões efetuadas na Lei resultaram na previsão de déficit primário no montante R\$ 3 bilhões e de déficit nominal de R\$ 4,2 bilhões.

Riscos fiscais:

- Dívidas em processo de reconhecimento (R\$ 604,3 milhões);
- Passivo contingente das entidades da Administração Indireta do Estado (R\$1,7 bilhão) - destaque: Cosanpa 95,2% desse montante.



Déficit primário é quando o Governo gasta mais do que arrecada, sem contar os juros da dívida pública. Já o déficit nominal inclui tudo: despesas, receitas e também os juros da dívida.



Há oportunidades de aprimoramento nos Demonstrativos da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita e da Estimativa da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (DOCC) do Anexo de Metas Fiscais.



2 PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O que o Governo planejou, arrecadou e gastou ?

Lei Orçamentária Anual (LOA)

A LOA previu **R\$ 48 bilhões (dotação inicial)** para o Estado arrecadar e gastar em 2024. Depois, esse valor **aumentou (dotação atualizada)** em **R\$ 9,4 bilhões**, chegando ao total atualizado de **R\$ 56 bilhões** para o ano.

Abertura de créditos adicionais suplementares
R\$ 12,2 bilhões

Fonte anulação total ou parcial de dotação



Do montante da abertura de créditos adicionais suplementares, R\$ 7,4 bilhões corresponderam a 33,93% do total do orçamento, excluídas as despesas com pessoal, observando o limite de 50%, conforme o disposto no art. 6º, V, da LOA/2024.

Composição do Orçamento do Estado

Receita Prevista

83,34% Orçamento Fiscal
13,63% Orçamento da Seguridade Social
3,04% Orçamento de Investimento

Despesa Fixada

66,62% Orçamento Fiscal
30,34% Orçamento da Seguridade Social
3,04% Orçamento de Investimento



A LOA apresentou compatibilidade com as normas dispostas na Constituição Estadual, exceto quanto ao Demonstrativo Regionalizado e Setorizado das Receitas e Despesas e de Percentuais de Incidência sobre Receitas e Despesas (isentas ou subsidiadas).

A LOA estimou receitas correntes, de capital e intraorçamentária

Receitas correntes correspondem ao dinheiro que o Governo recebe de tributos, serviços, agropecuária, rendimentos, transferências de outros Governos e outras fontes todo ano.

Receitas de capital correspondem ao dinheiro que o Governo recebe ao fazer empréstimos, vender bens, receber de volta empréstimos concedidos ou ganhar recursos para investir em obras e projetos.

Receita Bruta

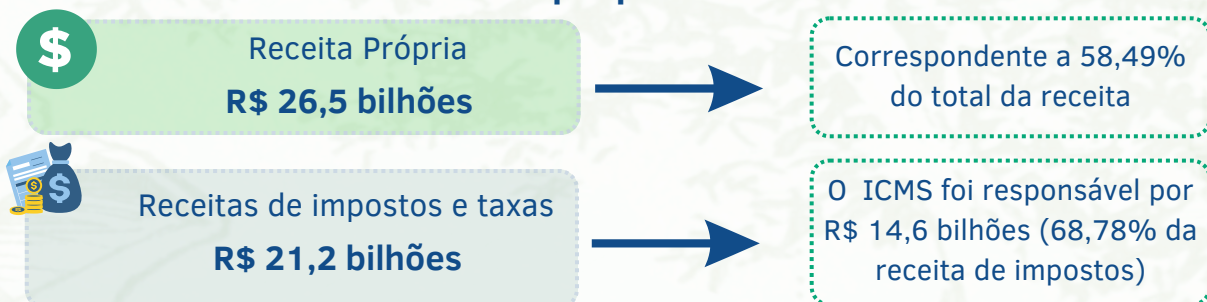
	Previsão de arrecadação	Efetivamente arrecadadas		
Receitas correntes	R\$ 50,7 bilhões	R\$ 56,7 bilhões	+	Superávit
Receitas de capital	R\$ 3,8 bilhões	R\$ 2 bilhões	-	Déficit
Receitas Correntes Intraorçamentárias	R\$ 3,8 bilhões	R\$ 2,8 bilhões	-	Déficit

2 PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O que o Governo planejou, arrecadou e gastou ?

Receita Bruta	Deduções das receitas correntes (Transferências, Fundeb, restituições e perdas)	Receita Líquida
R\$ 61,6 bilhões	R\$ 13,3 bilhões bilhões	R\$ 48,3 bilhões

Receitas próprias do Estado



A LOA fixou também despesas correntes e de capital

Despesas correntes são gastos do Governo com salários, materiais e serviços do dia a dia, sem envolver construção ou compra de bens duráveis.

Despesas de capital são gastos do Governo para construir ou comprar bens duráveis.

Execução da despesa orçamentária

	Fixadas	Executadas	
Despesas Correntes	R\$ 42,5 bilhões	R\$ 38,7 bilhões	 Economia Orçamentária Gastou menos do que foi fixado
Despesas de capital	R\$ 8,7 bilhões	R\$ 6,2 bilhões	
Despesas Intraorçamentárias	R\$ 4,3 bilhões	R\$ 3,7 bilhões	

Despesa com Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM)

	Aportes ao RPPS	Aportes ao SPSM
R\$893 milhões	R\$1,2 bilhão	



O Estado precisou aportar mais de R\$ 2 bilhões para pagar os benefícios previdenciários dos servidores públicos, bem como a proteção social dos militares.

3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Como estava a contabilidade do Estado ?

O Governo presta contas de suas receitas, despesas, bens e patrimônio por meio das demonstrações contábeis: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e outras.

Os balanços permitem identificar quanto o Governo arrecadou, onde aplicou os valores e quais são seus bens, direitos e obrigações.

Todos os valores devem ser registrados pela contabilidade para a elaboração dos balanços, promovendo a transparência na administração do dinheiro público e possibilitando o acompanhamento por toda sociedade.

Patrimônio é o conjunto de bens, direitos e obrigações.



Os bens podem ser móveis, como veículos, ou imóveis, como prédios e terrenos.



Direitos são valores a receber.



Obrigações são valores a pagar.

Balanço Orçamentário

Lista as receitas previstas e despesas fixadas na LOA em comparação com as realizadas.

Balanço Financeiro

Mostra receita e despesa orçamentária, bem como pagamentos e recebimentos extraorçamentários, além do saldo em banco.

Balanço Patrimonial

Apresenta o que o Estado possui no ativo (bens e direitos), no passivo (dívidas) e no patrimônio líquido (diferença entre o ativo e o passivo).

Balanço Orçamentário



Receita prevista atualizada
R\$ 51,3 bilhões



Receita arrecadada
R\$ 48,3 bilhões



Déficit de arrecadação
R\$ 3 bilhões



Despesa fixada
R\$ 56 bilhões



Despesa realizada
R\$ 48,7 bilhões



Economia orçamentária
R\$ 7,3 bilhões



Resultado orçamentário deficitário
R\$ 408,7 milhões



Balanço Financeiro

Resultado orçamentário deficitário
R\$ 408,7 milhões



Resultado extraorçamentário superavitário
R\$ 258,8 milhões



Resultado financeiro negativo
R\$ 149,9 milhões

3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Como estava a contabilidade do Estado ?



Balanço Patrimonial - BP

Ativo

**R\$53,4
bilhões**

Passivo

**R\$ 11,8
bilhões**



Patrimônio
Líquido

**R\$ 41,5
bilhões**

Ativo: reúne bens e direitos.

Passivo: representa o conjunto de obrigações ou deveres.

Patrimônio líquido: diferença entre o ativo e o passivo.



Dívida ativa

**R\$47,5
bilhões**

+ 20,18%
em relação
a 2023.

Há ainda outros demonstrativos analisados nas Contas do Governador.
Veja quais são, o que eles representam e seus resultados:

Demonstração das Variações Patrimoniais

Mostra as alterações do patrimônio ao longo do ano e o resultado patrimonial.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Permite analisar a capacidade do ente de gerar caixa e utilizar recursos próprios e de terceiros em suas ações.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstra a evolução do patrimônio líquido.



Demonstração das Variações Patrimoniais

Resultado patrimonial
positivo

R\$ 3,9 bilhões

Aumento do
patrimônio líquido

Apesar desse resultado ter sido positivo, ele foi menor que em 2023.

**Queda de
23,71%**



Demonstração dos Fluxos de Caixa

Redução de

42%

Em relação a 2023.

Geração líquida de caixa e
equivalente de caixa negativos



R\$ 149,9 milhões

Indicou que houve mais saídas do que entradas de dinheiro no caixa do Governo, em razão, principalmente, dos gastos com investimentos.



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Patrimônio Líquido

R\$41,5 bilhões



Aumento de 10,39%
em relação a 2023

Resultados do exercício

R\$ 3,9 bilhões



Queda de R\$ 7,3 bilhões
em relação ao resultado de 2023*

*Devido a diferença entre o registrado em 2023 (R\$ 11,3 bilhões) e 2024 (R\$ 3,9 bilhões), considerando a correção de metodologia de registro dos resultados em relação aos anos anteriores, que passou a somar o valor exato do saldo patrimonial.

4 GESTÃO FISCAL E LIMITES CONSTITUCIONAIS

O dinheiro foi usado conforme manda a lei ?

O Governo deve seguir regras para gastar o dinheiro público, respeitando limites da Constituição, da Lei de Responsabilidade Fiscal e das metas da LDO, visando o controle e a transparência nos gastos.



Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)



O Governo do Pará cumpriu o limite mínimo de aplicação de 25% da receita corrente líquida de impostos e transferências em gastos com manutenção e desenvolvimento de ensino.

Aplicou
R\$ 10,9
bilhões

Que representa
31,8%
da Receita Líquida de
Impostos



Esse percentual supera
os 25% definidos na
Constituição Federal

O Governo é obrigado a aplicar um valor mínimo para manter e melhorar a educação básica, seguindo regras específicas.



Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)

Do montante de R\$ 3,5 bilhões das receitas do Fundeb, o Estado gastou R\$ 3 bilhões no pagamento dos profissionais da educação básica.

Que representa
87,13%
dos recursos recebidos
do Fundeb



Esse percentual supera os 70% definidos na Lei Federal nº 14.113/2020 para gastos com os profissionais da educação básica.

Na saúde, o Governo estadual deve gastar com ações e serviços de saúde pelo menos 12% do que recebe de impostos e transferências constitucionais legais, excluindo os repasse para os municípios, conforme manda a Constituição Federal e LC nº 141/2012.



Despesas com profissionais da saúde, medicamento, material de consumo são exemplos de ações e serviços públicos de saúde.



Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)



O Pará cumpriu o limite mínimo de gastos com ações e serviços públicos de saúde.

Aplicou
R\$ 4,3
bilhões

Que representa
12,57%
da Receita Resultante de Impostos e
Transferências



Esse percentual supera os 12% definidos na Constituição Federal



Gastos do Poder Executivo com publicidade

Gastou
R\$ 126,9
milhões

Que representa
0,25%
da dotação orçamentária
atualizada



O Poder Executivo cumpriu o limite de despesas com publicidade. Percentual que não extrapolou 1% previsto na Constituição Estadual.

4 GESTÃO FISCAL E LIMITES CONSTITUCIONAIS

O dinheiro foi usado conforme manda a lei ?

O pagamento da folha de pessoal consome grande parte do caixa do Governo. A LRF define limites para evitar que esses gastos causem desequilíbrio entre o que o Estado recebe e o que ele precisa gastar.

Esses limites estão associados aos valores da Receita Corrente Líquida Ajustada (RCLA).

Veja o valor da RCLA do Pará em 2024 e a análise dos gastos com pessoal:

A LRF estabeleceu:

Limite máximo ao Executivo - 48,6%

Limite máximo ao Estado - 60%

Limite de alerta - 90% do limite máximo

Limite prudencial - 95% do limite máximo



Receita Corrente Líquida Ajustada

RCLA

R\$ 40,9

bilhões

crescimento de

8,2%

em relação a 2023



RCLA crescente indica
melhor situação financeira



Despesa com pessoal

O Estado atingiu

49,87% da RCLA

O Poder Executivo atingiu

41,91% da RCLA



Ambos os percentuais
estão abaixo dos
limites máximo,
prudencial e de alerta
estabelecidos na LRF

O Governo pode fazer dívidas, mas não pode comprometer mais do que consegue pagar.

Dívida consolidada é o total que o Governo deve, somando empréstimos e financiamentos a serem pagas em prazo superior a 12 meses.



Dívida Consolidada Líquida

DCL

R\$ 2,9

bilhões

que representa

7,17% da RCLA



Obedeceu ao limite de 200% da
RCLA estabelecido pelo Senado
Federal.



Despesas Correntes *versus* Receitas Correntes

Despesas
Correntes

Receitas
Correntes

= 91,76%



A relação entre as despesas e receitas correntes, considerando-se o período de 12 meses, atingiu 91,76%, inferior ao limite de 95% previsto na Constituição Federal.

4 GESTÃO FISCAL E LIMITES CONSTITUCIONAIS

O dinheiro foi usado conforme manda a lei ?



Resultado Primário

Receitas não financeiras

R\$ 41,2 bilhões



Despesas não financeiras

R\$ 42,5 bilhões



Resultado Primário
Déficit primário de

R\$ 1,2 bilhão
(sem RPPS)

Meta definida na LDO
Déficit de R\$ 3 bilhões



Meta cumprida



Resultado Nominal

Dívida Consolidada

R\$ 8,7 bilhões



Deduções
(Caixa e demais haveres)

R\$ 392,8 milhões



Dívida Consolidada Líquida (DCL)

R\$ 2,9 bilhões

DCL 2023:
R\$ 1,6 bilhão

Resultado Nominal (DCL/2023 - DCL/2024)

Déficit Nominal
R\$ 1,3 bilhão

Meta definida na
LDO 2024

Déficit Nominal de R\$
4,2 bilhões



Meta cumprida



Disponibilidade X Obrigações Financeiras

R\$ 6,9 bilhões

R\$ 5,3 bilhões

R\$ 1,2 bilhão

R\$ 0,5 bilhão

Estado

Poder Executivo

Disponibilidade de caixa

Obrigações financeiras



Operações de Crédito

(a) Empréstimos
sujeitos ao limite de
endividamento

R\$ 1,6 bilhão

(b) Receita Corrente
Líquida Ajustada

R\$ 41,1 bilhões

Limite apurado a/b

4,05%

Limite máximo permitido

16%



O Estado obedeceu aos
limites estabelecidos.



Regime Próprio de Previdência Social / Sistema de Proteção Social dos Militares

Composição	FUNPREV	FINANPREV	SPSM
Receitas	R\$ 566,3 milhões	R\$ 3,7 bilhões	R\$ 933,5 milhões
Despesas	R\$ 456,1 milhões	R\$ 4,9 bilhões	R\$ 2,2 bilhões
Resultado	R\$ 110,2 milhões	R\$ -1,2 bilhão	R\$ -1,2 bilhão
Resultado Geral	R\$ 2,3 bilhões		



5 RESULTADOS DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL EM TEMAS ESPECÍFICOS

O que o Governo fez em áreas específicas ?

Algumas ações têm efeito direto e imediato na vida da população, como saúde, educação, segurança; outras ações relacionadas a administração do dinheiro são igualmente importantes para o bom funcionamento das instituições públicas.

A análise foi realizada nas seguintes áreas governamentais:



Administrativa



Educação



Saúde



Segurança



Infraestrutura

Área Administrativa



Índice de Maturidade na Implementação da Lei de Licitações (IMIL)

IMIL
do Poder Executivo
0,6 (básico)



- exercício das funções de agente de contratação e pregoeiros por servidores não efetivos.
- frequente alternância de colaboradores no setor de contratações.
- falta de elaboração de catálogo eletrônico de padronização.
- não obrigatoriedade das próprias autoridades e agentes públicos do órgão ou entidade licitante atuarem como a primeira linha de defesa contra as irregularidades.
- não adoção do formato eletrônico em todos os processos de contratação.

Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal



O Estado apresentou resultado positivo em todos os indicadores, cumprindo integralmente as metas estabelecidas para a Poupança Corrente, a Liquidez Relativa e a Despesa com Pessoal do Estado, evidenciando conformidade com os parâmetros do Programa.

Capacidade de Pagamento (Capag)

Nota Final 
B

Endividamento: Nota A
Poupança: Nota B
Liquidez relativa: Nota B



Diante dessa nota, o Pará está elegível à contratação de operações de crédito e garantias concedidas pela União.

Qualidade da Informação Contábil

Ranking
STN* 
19º
Posição



O Estado melhorou de posição em relação ao ano anterior, quando ocupou a 22ª posição.

*STN - Secretaria do Tesouro Nacional

5 RESULTADOS DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL EM TEMAS ESPECÍFICOS

O que o Governo fez em áreas específicas ?

Área Educação



Conectividade nas Escolas Estaduais

98%



das escolas possuem acesso à internet

68%



das escolas utilizam a internet em processo de aprendizagem

58%



das escolas não possuem laboratório de informática

36%



das escolas utilizam a internet para uso dos alunos

Erradicação do Analfabetismo Absoluto e Compromisso Nacional Criança Alfabetizada

8,8%



da população acima de 15 anos está em situação de analfabetismo absoluto

635



escolas estaduais ofertaram turmas de EJA* em 2023.

48%



das crianças alfabetizadas. Em 2019 era 37%.

3%



das crianças paraenses são leitores fluentes (Sispae** 2023)

*Educação de Jovens e Adultos

**Sistema Paraense de Avaliação Educacional

Área Saúde



Medicamento das Farmácias - Transparência

Rede Estadual



35

farmácias ativas em vários municípios

A rede é composta por 23 UDMEs (65,71%), 7 Hospitais (20 %), 3 CAPS (8,57%), além de 1 Clínica (2,86%) e 1 Centro (2,86%)



- Rede estadual com 35 farmácias ativas em vários municípios.
- Site da Sespa divulga estoques, cumprindo lei federal.



- Site pouco acessível, sem ferramenta de busca e nem histórico de informações.
- Ausência de norma estadual específica para padronizar os dados, aprimorando qualidade da informação.

Gestão de Contratos com Organizações Sociais

Contratos vigentes em 2024

27

com sete OSS*

Esses contratos totalizaram R\$ 2 bilhões e representam

53%

dos recursos do programa temático Saúde

R\$ 51 milhões

valor apontado para desconto no pagamento das OSS por descumprimento de metas



Nem todos os contratos firmados possuem manual de aferição das metas estabelecidas, gerando ausência de avaliação e possíveis prejuízos ao erário, tendo em vista a não aplicação dos descontos financeiros.

*Organizações Sociais de Saúde

5 RESULTADOS DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL EM TEMAS ESPECÍFICOS

O que o Governo fez em áreas específicas ?

Área Segurança



Infância Segura



- Criação de plano estadual com metas até 2031.
- Funcionamento de comitê de atendimento às vítimas.
- Inclusão de conteúdos preventivos no currículo escolar.
- Protocolos de saúde e justiça com prioridade absoluta às vítimas.



- Ausência de recursos para acolhimento institucional.
- Comitê da Primeira Infância inativo.
- Falta de capacitação intersetorial e fluxos específicos para populações tradicionais.
- Comunicação entre órgãos é informal e sem integração de sistemas.
- Baixa adesão dos municípios ao sistema nacional de proteção (Sipia-CT*).

*Sistema de Informação para Infância e Adolescência - Conselho Tutelar

Área Infraestrutura



Obras de Infraestrutura

COP30
4,5
bilhões

Investimentos em infraestrutura para COP30*.

Legado da COP 30



- Grandes obras em Belém com potencial de legado para mobilidade, turismo e lazer.
- Investimento expressivo (R\$ 4,5 bilhões) com recursos estaduais e federais.



- Falta de transparência: poucas obras com informações atualizadas.
- Dados incompletos ou ausentes em sites oficiais.

* 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

6 SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Como atuou a Controladoria-Geral do Estado ?

O Governo deve controlar suas próprias ações, e a Controladoria-Geral do Estado é quem fiscaliza e orienta os órgãos do Poder Executivo.

O Sistema de Controle Interno é como um “guardião” que ajuda a cuidar do dinheiro e dos bens do Governo, para que tudo seja usado de forma correta e sem desperdício.

Ele verifica se os planos e programas do Governo estão sendo feitos do jeito certo, se ninguém está utilizando o dinheiro público de forma incorreta.

No Pará, a Controladoria-Geral do Estado (CGE) é o órgão que organiza e coordena esse trabalho.

★ A atuação da CGE no que se refere à avaliação do PPA e às operações de crédito limitou-se a aspectos formais, com reprodução de dados.



- Avanços em ações de integridade, transparência e avaliação de políticas públicas.
- Instituição do Conselho de Transparência e Integridade como espaço de controle social.



Índice PNTP*

58,21%

Nível
Intermediário



- A CGE não foi atuante no acompanhamento das recomendações do Parecer Prévio das Contas do Governador de 2023.
- Consolidou as respostas dos órgãos responsáveis pelo cumprimento das recomendações, sem demonstrar iniciativas de orientação e apoio ao estímulo de adoção de medidas.



- Atuação concentrada em aspectos formais, sem foco nos resultados das políticas.
- Cumprimento das recomendações anteriores tiveram pouco avanço.
- Transparência ativa segue limitada, com nota mediana no ranking nacional (58,21%).



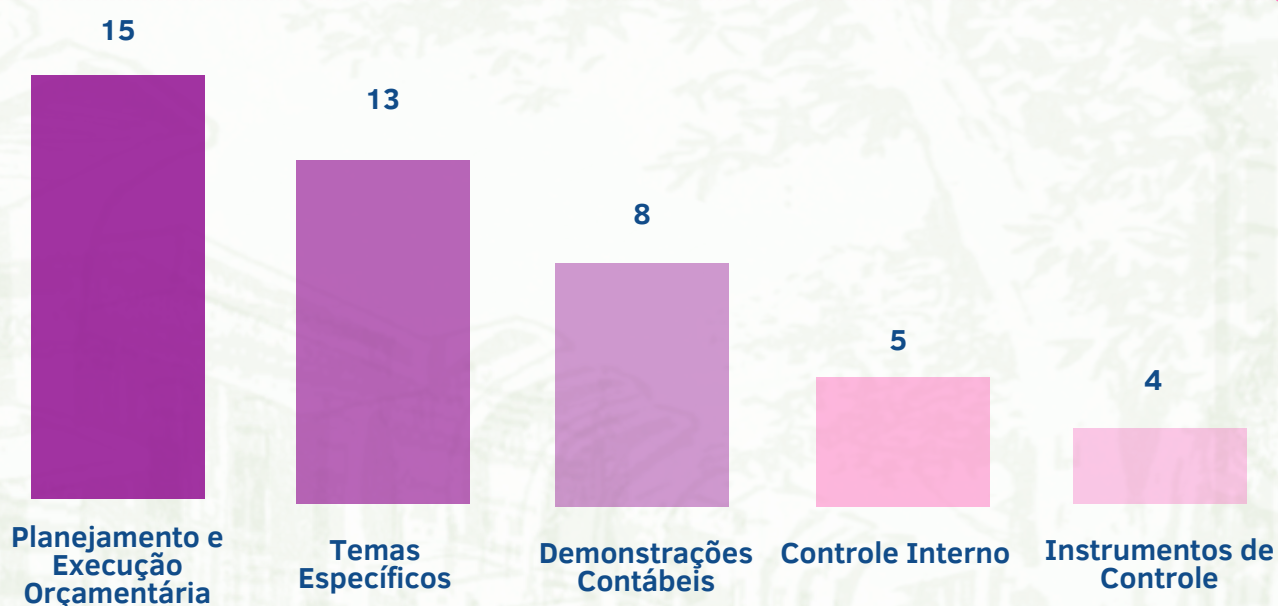
7 MONITORAMENTOS DAS RECOMENDAÇÕES REFERENTES ÀS CONTAS DE 2023

As recomendações feitas foram atendidas ?

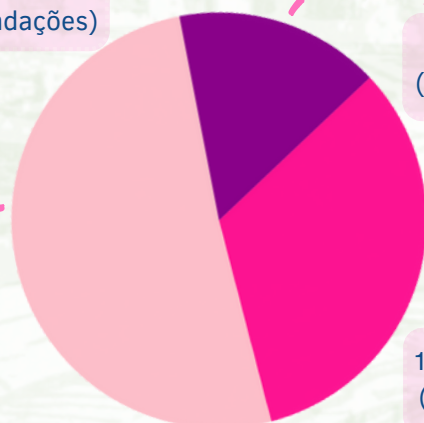
O TCE-PA verifica se as recomendações feitas nos anos anteriores para melhorar a gestão pública foram atendidas.

As recomendações são sugestões do TCE-PA que orientam melhorias na gestão pública, ajudando o Governo a administrar melhor os recursos disponíveis.

Em 2023 o TCE-PA emitiu 45 recomendações, distribuídas nos seguintes grupos:



23 não foram atendidas
(51% das recomendações)



7 atendidas
(16% das recomendações)



15 atendidas parcialmente
(33% das recomendações)



Para conhecer a íntegra das recomendações emitidas pelo TCE-PA referentes às Contas anteriores, acesse o QR Code ao lado.



8 RECOMENDAÇÕES

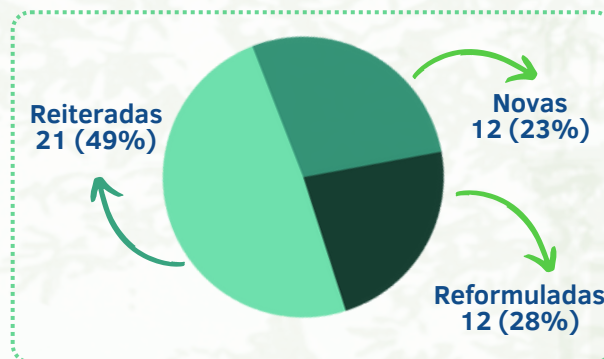
Quais recomendações resultaram da análise ?

O TCE-PA apresenta recomendações para orientar o emprego dos recursos, prevenir e corrigir falhas, contribuindo, assim, para o aprimoramento da gestão pública.

A equipe de análise das Contas do Governador de 2024 sugeriu ao Poder Executivo **43 recomendações**, sendo **21 reiteradas**, **12 reformuladas** e **10 novas**.

As contas foram divididas em cinco grupos:

- Instrumentos de Controle (2);
- Planejamento e Execução Orçamentária (17);
- Demonstrações Contábeis (8);
- Temas Específicos (11); e
- Controle Interno do Poder Executivo (5).



QUANTO AOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE

1	Que os sistemas de controle de obras integrem todas as obras públicas a cargo dos órgãos do Poder Executivo, desde a fase de licitação até a conclusão, e disponibilizem acesso público irrestrito, em nível de consulta, de forma a garantir o efetivo exercício dos controles externo e social;	Reformulada
2	Que seja implantado sistema de registro de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, conforme dispõe a LRF, art. 50, § 3º, considerando os critérios de transparência e controle social;	Reiterada

QUANTO AO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3	Que no anexo de Metas Fiscais do PLDO, faça constar: a) a memória de cálculo, referente à projeção da meta relativa às despesas com Juros e Encargos da Dívida, Investimentos, Amortização da Dívida e Inversões Financeiras, no Demonstrativo das Metas Anuais, com informações detalhadas suficientes para a verificação da consistência e completude dos valores apresentados, conforme dispõe a LRF, art. 4º, § 2º, II; b) a análise dos critérios estabelecidos para as renúncias de receitas e suas respectivas compensações, a fim de dar maior consistência aos valores apresentados, conforme orienta o Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional;	Reformulada
4	Que as receitas e despesas sejam apresentadas de forma setorizada no Demonstrativo Regionalizado e Setorizado das Receitas e Despesas do PLOA, conforme dispõe o art. 204, § 5º da CE/1989;	Reiterada

8 RECOMENDAÇÕES

Quais recomendações resultaram da análise ?

QUANTO AO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
5	Que sejam apresentados dados que permitam a avaliação do impacto orçamentário-financeiro da renúncia de receita, proveniente de benefícios fiscais, no demonstrativo próprio do PLOA;	Reiterada
6	Que as medidas de compensação ao aumento das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado sejam apresentadas no PLOA, conforme determina o art. 5º, II, da LRF, e, ainda, acompanhadas das premissas e metodologia de cálculo;	Reiterada
7	Que a incidência da renúncia de receita sobre as despesas seja apresentada no Demonstrativo Regionalizado dos Percentuais de Incidência sobre as Receitas e Despesas Decorrentes de Isenções, Anistias, Remissões, Subsídios e Benefícios de Natureza Financeira, Tributária e Creditícia do PLOA;	Reiterada
8	Que seja procedida a avaliação das políticas públicas efetivadas por meio da concessão de benefícios fiscais de ICMS (Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado e RTD) para verificação de sua eficácia e validade, com base na sua razão instituidora;	Reiterada
9	Que o PLDO apresente orientação no sentido de adoção de mecanismo que possibilite a identificação, na programação orçamentária, das despesas definidas como prioritárias no anexo de metas e prioridades da LDO;	Reiterada
10	Que a LDO estabeleça como prioridade o custeio de projetos e atividades orçamentárias que viabilizem o cumprimento dos Planos Nacional e Estadual de Educação;	Reiterada
11	Que os valores decorrentes de anistia e/ou remissão de juros e de multas tributárias, decorrentes de programas de regularização fiscal, sejam dispostos nos Demonstrativos da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita da LDO e da LOA, na forma do art. 14 da LRF, bem como sejam avaliados, os possíveis impactos gerados por esse tipo de programa, principalmente quanto ao estímulo à inadimplência;	Reiterada
12	Que os dados do Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA elaborado pela Seplad sejam compatíveis com os dados contidos no Sistema Integrado de Planejamento (SigPlan);	Reiterada
13	Que o Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA elaborado pela Seplad apresente informações sobre as metas previstas e realizadas de cada indicador de processo dos programas;	Nova
14	Que sejam divulgadas no sítio eletrônico da Seplad as informações referentes às alterações realizadas nos indicadores de resultado e de processo dos programas do PPA, quando houver, de modo a permitir o acompanhamento histórico das alterações, inclusões e exclusões desses indicadores;	Nova

8 RECOMENDAÇÕES

Quais recomendações resultaram da análise ?

QUANTO AO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15	Que o sistema SigPlan possibilite a exportação de relatórios em múltiplos formatos de arquivo, incluindo as extensões .xls, .csv e .txt, a fim de ampliar a usabilidade das informações extraídas;	Nova
16	Que a SEPLAD realize o monitoramento e a avaliação periódica dos dados inseridos no sistema SigPlan, de modo a assegurar a consonância entre os registros de execução física e execução financeira das ações vinculadas aos programas temáticos;	Nova
17	Que os valores relativos à dotação inicial, dotação atualizada e dotação real constantes no sistema SigPlan reflitam fielmente os valores registrados no sistema Siafe, de modo a garantir a fidedignidade e a confiabilidade das informações apresentadas.	Nova
18	Que o rol de fontes de receita previsto na LDO seja compatibilizado com as especificidades do Orçamento de Investimento constante da LOA, em observância aos princípios da discriminação e da transparência;	Nova
19	Que, no Orçamento de Investimento, os valores programados por fonte nos demonstrativos de programação da despesa por órgão apresentem correlação com a classificação adotada no demonstrativo das fontes de receita, de modo a assegurar a consistência entre as peças orçamentárias;	Nova

QUANTO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

20	Que sejam implementados os procedimentos contábeis patrimoniais estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015;	Reiterada
21	Que sejam efetuados os registros das provisões no passivo das respectivas unidades gestoras, correspondentes às demandas judiciais classificadas como de perda provável;	Reformulada
22	Que as notas explicativas às demonstrações contábeis apresentadas no BGE sejam elaboradas conforme os critérios definidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), notadamente quanto aos Estoques (NBC TSP 04); Imobilizado (NBC TSP 07); Intangíveis (NBC TSP 08); Provisões (NBC TSP 03); Receita de Transação sem Contraprestação (NBC TSP 01); Receita de Transação com Contraprestação (NBC TSP 2); Redução ao Valor Recuperável (NBC TSP 09/10); Custos dos Empréstimos (NBC TSP 14); e Ativos e Passivos contingentes (NBC TSP 03);	Reiterada

8 RECOMENDAÇÕES

Quais recomendações resultaram da análise ?

QUANTO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

23	Que, para as obras concluídas, seja realizada a baixa da conta-contábil Obras em Andamento e transferido o saldo correspondente para a conta-contábil de Bens Imóveis, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na NBC TSP 17 - Ativo Imobilizado;	Reiterada
24	Que os ajustes para perdas de dívida ativa sejam calculados levando em consideração a expectativa de recebimento dos créditos inscritos, de maneira segregada, utilizando-se a média aritmética dos recebimentos nos últimos três anos de cada espécie tributária e não tributária;	Reiterada
25	Que as notas explicativas às demonstrações contábeis evidenciem a composição dos outros ingressos/dispêndios extraorçamentários do Balanço Financeiro, bem como a composição dos outros recebimentos/desembolsos operacionais da Demonstração dos Fluxos de Caixa, de modo a detalhar os itens sempre que houver movimentação significativa;	Reiterada
26	Que seja efetuado o registro do valor total dos contratos de operação de crédito em conta-contábil de controle, após a assinatura do instrumento contratual, independentemente da data de ingresso dos recursos;	Nova
27	Que as operações de crédito sejam registradas no Siafe, com a descrição do número do contrato, número Sadipem e número Siafe, a fim de possibilitar a rastreabilidade da execução das contratações;	Nova

QUANTO À FISCALIZAÇÃO EM TEMAS ESPECÍFICOS

28	Que o Portal da Transparência do Governo do Estado do Pará seja mantido com informações atualizadas e detalhadas, bem como forneça relatórios em diversos formatos eletrônicos de modo a facilitar a análise das informações e o efetivo controle social, conforme determina a Lei nº 12.527/2011, quanto às informações de todos os órgãos e entidades públicas, e, notadamente, quanto: a) aos gastos com saúde nas diferentes modalidades (saúde da família, saúde básica, serviços de alta e média complexidade), inclusive quanto às despesas de hospitais administrados por contrato de gestão e às decorrentes de sentenças judiciais; b) aos gastos relacionados ao saneamento básico, fornecendo dados estatísticos e informações consolidadas, bem como aos gastos estaduais com despesa de investimentos detalhados por região de integração e por município;	Reformulada
----	---	-------------

8 RECOMENDAÇÕES

Quais recomendações resultaram da análise ?

QUANTO À FISCALIZAÇÃO EM TEMAS ESPECÍFICOS		
29	Que a transparência ativa dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo, em seus sítios eletrônicos na internet, atenda ao rol mínimo de informações estabelecido no Decreto Estadual nº 1.359/2015, art. 9º, e na Lei nº 13.303/2016, art. 8º;	Reformulada
30	Que seja regulamentado o uso do Sistema Integrado de Gestão de Ouvidorias (Sigo), de modo a torná-lo ferramenta oficial e de uso obrigatório pelos órgãos e entidades integrantes da Rede de Ouvidoria do Poder Executivo, em consonância com a Lei Federal nº 13.460/2017, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 113/2019, bem como seja disponibilizado <i>link</i> específico do Sigo, nos moldes do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), nos sítios eletrônicos dos órgãos do Poder Executivo;	Reformulada
31	Que sejam institucionalizados, no âmbito da Semas, os procedimentos de fiscalização e avaliação da segurança de barragens, incluindo a atualização das normativas relativas ao licenciamento ambiental de empreendimentos que envolvam barragens, bem como a definição de procedimentos específicos para atuação em situações de urgência e emergência relacionadas a esses empreendimentos;	Reformulada
32	Que a Semas integre as ações relacionadas às mudanças climáticas ao planejamento da gestão de recursos hídricos, especialmente nos processos de outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, considerando as especificidades regionais e os efeitos da variabilidade climática;	Reformulada
33	Que o Plano Estadual de Saneamento Básico seja formalizado por Lei específica e, com base nesse, seja atualizado o Plano Estadual de Gestão Integrada Resíduos Sólidos, compatibilizando-os;	Reformulada
34	Que a FSCMP solucione o déficit de profissionais do Banco de Leite Humano, de modo que atenda a quantificação dos recursos humanos estabelecida na Nota Técnica BLH-IFF/NT-01.04;	Reiterada
35	Que a transparência das renúncias fiscais seja aprimorada por meio da divulgação de informações atualizadas no sítio eletrônico da Sedeme, incluindo informações de contrapartidas assumidas pelos beneficiários, em conformidade com o artigo 3º da Lei nº 12.527/2011;	Reformulada
36	Sejam realizadas ações efetivas de avaliação dos benefícios fiscais concedidos, contemplando os impactos financeiros e o cumprimento das condicionantes, em observância ao disposto na Lei Estadual nº 6.489/2002, art. 12, § 4º;	Reiterada
37	Que o Portal da Transparência do Poder Executivo centralize todas as informações referentes aos gastos tributários do Estado, apresentando-as nos moldes do demonstrativo de gastos tributários adotado pela União, de forma a assegurar a padronização, a transparência e o acesso à informação;	Reformulada

8 RECOMENDAÇÕES

Quais recomendações resultaram da análise ?

QUANTO À FISCALIZAÇÃO EM TEMAS ESPECÍFICOS

38	Que seja disponibilizado no sítio eletrônico da Sespa, em local de fácil visualização, link de acesso à página com informações atualizadas sobre o estoque de medicamentos especializados, em atendimento à Lei Federal nº 14.654/2023;	Nova
----	---	------

QUANTO AO CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO

39	Que a CGE proceda ao exame e à validação dos registros patrimoniais e contábeis relativos aos bens móveis e imóveis do Poder Executivo;	Reformulada
40	Que seja criado um Programa de Integridade e <i>Compliance</i> , no âmbito do Poder Executivo do Estado, com o objetivo de implementar e monitorar políticas, procedimentos e práticas de eficiência administrativa nos órgãos e entidades da administração direta e indireta;	Reiterada
41	Que a CGE encaminhe, anualmente, ao TCE os relatórios resultantes das auditorias realizadas ao longo do exercício, bem como informe as medidas tomadas no caso de eventuais inconformidades e fragilidades identificadas, em apoio ao controle externo, nos termos do que dispõe a CE/89, art. 121, IV, a Lei Complementar nº 81/2012, art. 44, I, e a Lei Estadual nº 10.021/2023, art. 8º, VII;	Reiterada
42	Que a CGE emita instruções normativas para disciplinar e aperfeiçoar os procedimentos necessários à implementação da Lei de Acesso à Informação na forma do disposto no Decreto Estadual nº 1.359/2015, art. 62, VII;	Reiterada
43	Que a CGE avalie a execução dos programas do Plano Plurianual, abordando a eficácia, a efetividade e os impactos do programa, bem como sua correlação com as respectivas ações, conforme dispõe a Lei nº 10.021/2023, art. 8º, IV, identificando possíveis fragmentações desnecessárias, duplicidades, sobreposições e lacunas que possam afetar a concretização dos programas;	Reiterada

Para conhecer a íntegra do Relatório de Análise das Contas do Governador, acesse o QR Code ao lado.





Tribunal de Contas
do Estado do Pará

Elaboração: Jonas Gomes de Sousa

Revisão: Sônia Abreu da Silva Elias; Carlos Edilson Melo Resque; Fernanda Pinheiro Pantoja